



Anais da Assembléia

Nº 152

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA ATA DA 226ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 24 DE NOVEMBRO DE 1975

Presidência do Sr. Deputado Paulo Camargo, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Maurício Fruet.

À Hra regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antonio Facci, Basílio Zanusso, David Federmann, Aragão de Mattos Leão, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglío, Ezequias Losso, Fabiano Braga Cortes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Ivan Ruppel, Ivo Thomazoni, João Cioni Neto, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (44); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Fidelcino Tolentino, Dácio Leonel, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Osvaldo Macedo, Muggiati Filho e Otássio Pereira (10).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO:

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer a V. Exa., que após manifestação do plenário, seja transcrito em ata, voto de sentidas condolências ao Comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada nesta Capital, na pessoa do seu ilustre Comandante General de Brigada Paulo Campos Paiva, pelo lamentável acidente em que perderam a vida alunos do NPOR do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, do nosso Glorioso Exército, quando em manobra, na cidade de Rio Negro.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental,

após ouvir o douto plenário, requer voto de pesar pela morte em serviço dos alunos CÉSAR PASTRE, DJAIR ROBERTO ZANZARIM, ALTAMIRO BRANDÃO, QUÊIROS, AGUINALDO DE SOUZA, CARLOS ALBERTO FOGGIATO, OSCAR SATO e HOSLBACH, do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada, que faziam manobra em Rio Negro, com uma viatura anfíbio, na noite de sexta-feira.

Comunique-se às famílias enlutadas.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do plenário, seja inserido em ata, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Malucelli, dando ciência à família enlutada.

O extinto, além das suas virtudes pessoais, era membro de uma das mais antigas famílias do Paraná, cujo desaparecimento deixa uma lacuna na sociedade paranaense.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma do Regimento Interno, requer após ouvido o plenário, seja consignado em ata dos trabalhos de hoje, voto de regozijo pela passagem do DIA NACIONAL DA HOMEOPATIA transcorrido em 21 de novembro.

A homeopatia é a "similia contrariis curentur" — Medicina dos Semelhantes, terapêutica enunciada por Hipócrates, o "Pai da Medicina" 400 anos antes de Cristo.

Samuel Hanemann foi o primeiro a generalizar e desenvolver todas as conseqüências desta Medicina, a qual designou Homeopatia, baseando-se na Lei da Semelhança, definindo-a como a cura das doenças por medicamentos que produzem sintomas semelhantes a elas.

Em 21 de novembro de 1840, chegou ao Brasil o médico francês Bento Mure, precursor da Medicina Homeopática em nossa Pátria, daí consagrar-se essa data como o Dia Nacional da Homeopatia.

A partir da chegada de Bento Mure ao Brasil, a terapêutica homeopática experimentou um desenvolvimento sempre crescente entre nós, contribuindo sobremaneira na cura das mais diferentes doenças.

Desenvolvendo-se mais acentuadamente no Estado de São Paulo, a homeopatia no Brasil está ligada ao trabalho de grandes médicos como o Dr. Alberto Seabra, um dos fundadores do Instituto Pasteur de São Paulo, da Universidade de São Paulo e Academia Paulista de Letras e os Drs. Murtinho Nobre e Augusto N. Pacheco.

Em 21 de novembro de 1972, foi assinado pelo então Ministro da Saúde, Professor Médico Machado de Lemos, por delegação expressa do Senhor Presidente da República, General Emi-

lio Garrastazu Médici, o Decreto nº 71.211, aprovando a Farmacopéia Brasileira de Homeopatia.

Nada mais justo que se comemore condignamente esta data, considerando-se os benefícios que a Ciência Homeopática proporciona a coletividade, no momento em que o objetivo fundamental do Governo é representado por um plano que visa a preservação da saúde do povo brasileiro.

O signatário requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, do fato seja dado conhecimento à Comissão de Festejos da Homeopatia, na pessoa do seu presidente, Dr. Alfredo Di Vernieri - Praça da Sé, 282 - 1º andar - São Paulo-SP.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) PAULO CAMARGO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, fazendo uso de suas atribuições e prerrogativas requer após ouvido o plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, General Alcindo Pereira Gonçalves e ao Exmo. Sr. Diretor do Instituto de Identificação do Paraná, Dr. Eures Brandão, no sentido de ser estudada a possibilidade da criação e instalação de um posto de Identificação na sede do município de Mal. Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) WERNER WANDERER

JUSTIFICATIVA:

O progresso exige a cada dia a maior necessidade da prestação de serviços em todos os setores. Esta é a realidade que se faz presente na região do Oeste Paranaense. Existe atualmente, um posto de Identificação funcionando em Cascavel para o atendimento de toda a região que cresceu e cresce extraordinariamente. Daí a premente necessidade de se criar no mínimo mais um posto que venha em auxílio ao já existente, que apesar do esforço de seus funcionários não tem condições de atender a todos, obrigando muitos a se deslocarem até esta Capital, para obterem sua identidade, incorrendo em gastos elevantes. Com a instalação de um Posto em Mal. Cândido Rondon, se resolveria em parte o problema e dada sua posição geográfica atenderia vários municípios do extremo daquela região. Acreditamos no bom senso das autoridades de segurança de nosso Estado para que se efetive nosso pedido ao qual solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, requer ouvido o plenário, o envio de ofícios às seguintes autoridades: Ministro dos Transportes, Diretor do Departamento Nacional de Vias Navegáveis, Governador do Estado e Secretário dos Transportes, apelando junto às mesmas no sentido de processamento de estudos objetivando a implantação de um porto fluvial às margens do Rio Paraná no município de PORTO RICO.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

JUSTIFICATIVA:

O desenvolvimento de um Estado deve ser global. É discriminatória e porisso inadmissível por ser incorreta a política de

canalização de recursos financeiros tão somente para o atendimento a uma determinada região em detrimento de outra também responsável pelo enriquecimento deste Estado, uma vez que participa através de tributos que nela são carreados, frutos do trabalho de toda uma gente, e da pujança de sua agropecuária.

Referimo-nos ao município de Porto Rico, magnificamente banhado pelas águas do Rio Paraná, verdadeira estrada líquida por onde enormes "chatas", barcos com suas diversas capacidades de carga, transportam diuturnamente, expressivas quantidades de produção lavoureira e madeireira.

Sem nos restringirmos ao que a própria área agrícola de Porto Rico e de outros municípios adjacentes produz, citamos para efeito de ilustração, o enorme manancial do que se planta e se colhe em uma dezena de ilhas jurisdicionadas pela municipalidade de Porto Rico, nas quais mais de quatro mil famílias plantam banana, arroz, milho, feijão, café e criam gado, além de exploração da pesca.

Localizado em situação intermediária aos portos de Presidente Epitácio e Guaira, numa distância de menos de 200 kms. deste último, é estratégica a implantação de um Porto Fluvial no município de Porto Rico, cuja presença será notável pela rentabilidade que proporcionará aos chamados "CORREDORES DE EXPORTAÇÃO".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental e ouvida a Casa, requer a V. Exa., seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Dr. Emilio Hoffmann Gomes, DD. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná SA, no sentido de serem levantados estudos para instalação de uma agência do referido Banco na cidade de Porto Amazonas, que apesar de suas condições econômicas, está desprovida de qualquer estabelecimento de crédito que se integre e colabore nas atividades do comércio, indústria e da lavoura.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) LINEU TURRA

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 173/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa, Beneficente Primavera de Enéas Marques Pr, com sede na cidade de Enéas Marques.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário..

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975.

a) DENI SCHWARTZ

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima aludida, presta efetivamente, relevantes serviços à comunidade de Enéas Marques. Não visa lucros e nem distribui dividendos, estando, assim, preenchidos os requisitos exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Eis porque apresentamos este Plano de Lei à consideração dos nobres Pares, esperando sua aprovação.

O SR. PRESIDEN — Está finda a leitura do Expediente.
Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alfredo Gulin.

O SR. ALFREDO GULIN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
 “O rápido desenvolvimento das cidades é uma consequência do crescimento natural da população, bem como da afluência de verdadeiras massas da zona rural. Essa urbanização desordenada trouxe e traz muitos problemas às administrações das cidades. Não vou ater-me às dificuldades de adaptação psicológica ambiental e social destas levas, porque isso exige uma análise profunda.

Trago hoje à consideração e registro, nesta Casa, um acontecimento que julgo dos mais importantes para uma cidade como a nossa. Volto ao tema trânsito urbano. Países desenvolvidos já se preocupam com ele, há mais de 20 anos. A França, na década de 50, levava de forma muito séria a educação do homem que dirige seu carro na cidade e daquele que perambula pelas vias públicas. Já naquela época constituía matéria obrigatória dos currículos escolares.

Duas mil crianças de nossos grupos escolares, acabam de receber noções de trânsito num mutirão que reuniu Secretarias de Estado, Prefeitura Municipal. Trânsito e entidades particulares. Aulas teóricas e práticas foram ministradas. Hoje elas recebem seus diplomas e assinam o compromisso de guardar as regras e leis do trânsito e divulgá-las no seio da comunidade.

A solenidade tem grande importância primeiramente para as próprias crianças, porque elas foram conscientizadas sobre as regras que motorista e pedestre devem observar. Assumiram um compromisso que, para a idade que varia entre 8 e 12 anos, constitui um ato de responsabilidade que grava profundamente na mente jovem.

Em segundo lugar ela representa uma medida que atingirá à comunidade. Primeiro os pais, que além de ter a seu lado, quando ao volante, um filho que o poderá alertar a qualquer instante, e principalmente uma obrigação de ajudar a criança a assimilar na prática os ensinamentos aprendidos, sob pena de destruir tudo que as crianças aprenderam.

Além da influência aos pais, as crianças assumem um papel relevante na comunidade. Afinal elas assumiram um compromisso com seus semelhantes e ainda que sua influência seja restrita, não deixará de trazer reflexos benéficos.

Diante de tão maravilhoso espetáculo, quando 2.000 crianças, alunos dos mais diversos estabelecimentos de ensino da Capital recebem seus Certificados de Conclusão do Curso de Prática Educativa de Trânsito, sentimos um orgulho de sermos paranaenses e uma esperança imensurável no futuro de nosso Estado.

Quando Governo e Povo seguem unidos no respeito às leis e à ordem, damos uma demonstração inequívoca de maturidade política.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, pelo alcance da idéia ora posta em prática, desejo requerer à Mesa seja consignado em ata, um voto de louvor aos órgãos do Governo e entidades civis, que realizaram este importante Curso de Prática Educacional de Trânsito, e que fica assinalado em nossa história como um significativo marco em favor da educação do nosso povo”.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.
 Não com o propósito de querermos ser agradáveis a um Padre, que ontem em nossa Capital criou uma certa notoriedade pelo que verificamos e pelo que assistimos, com a inauguração da Igreja da qual ele é o principal elemento, e faz com que tivesse chegado ao que verificamos ontem na Rua Germano Meyer. Trata-se do Padre Afonso Sandmann, pertencente à Ordem dos

Palotinos que com um sacrifício incomum, com uma vontade indômita conseguiu às duras penas, os recursos necessários para a construção do mais belo Templo Católico que eu já vi em toda vida.

Elalando evidentemente em termos de templos modernos, não queremos nos reportar aos outros que existem na Europa, que datam do século 15, 16. Mas este pelo arrojo da sua técnica, nos faz crer pelo alto custo de sua construção, nos leva a crer, que é justa a nossa homenagem que hoje queremos prestar a este homem, a este Padre, através de um requerimento o qual nos congratulamos com o Sr. Padre Afonso Sandmann, pela magnificência daquele Templo.

Nosso requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê):
 “Senhor Presidente.

Estivemos ontem, dia 23, presente às solenidades de inauguração da nova Igreja do “Cristo Rei”, Santuário de São Judas Tadeu, no bairro do Cristo Rei, , nesta Capital.

O novo templo é sem dúvida motivo de orgulho para todos nós curitibanos, pois trata-se de uma construção de linhas arquitetônicas das mais arrojadas e originais, simbolizando o barco de São Pedro.

Iniciada há mais ou menos cinco anos, a magestosa obra recém-inaugurada, dispõe de inovações inusitadas em templos religiosos, tais como: toaletes, cabine especial para crianças, perfeito serviço sonoro e feérica iluminação, o que nos leva a crer que dentro em breve a Igreja do Cristo Rei deverá tornar-se ponto obrigatório de visitas aos turistas que vierem à nossa Capital.

A concretização desse extraordinário empreendimento, para o qual foram dispendidos recursos da ordem de dois milhões de cruzeiros, deve-se aos Padres Palotinos e nesta oportunidade desejamos ressaltar a figura do Padre Afonso Sandmann, batalhador incansável e que contribui decisivamente para tornar realidade o que para muitos era apenas um sonho.

Diante do exposto, Sr. Presidente, após ouvir o plenário, requeiro seja inserido em ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo e congratulações aos Padres Palotinos responsáveis por esse arrojado empreendimento que veio enriquecer sobremaneira nosso patrimônio e paisagem de nossa cidade.

Requer outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, de-se ciência ao Padre Afonso Sandmann, Vigário da Paróquia do Cristo Rei,

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1975”.

Este padre que hoje queremos homenagear, brasileiro e paranaense de coração, está entre nós há mais de 12 anos. É neste espaço de tempo, com entusiasmo e força de vontade, conseguiu realizar uma obra de custo elevado e considerada quase impossível mas tornou-se realidade mercê do dinamismo desse ilustre Padre.

Era só, Sr. Presidente - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz. (Pausa).

Declina, Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, (ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi. (Pausa) — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Mauricio Fruet. (Pausa) — (Declina).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo. — (Ausente).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 25 Srs. Deputados.

Não há quorum para votação.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — Deferido. O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

— (É procedida a chamada nominal)

Responderam a chamada nominal 28 Srs. Deputados. Há quorum para votação.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, Necessita de apoio. Apoiado. — Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 147/75, que altera dispositivos da Lei 6174, de 16.11.70, na parte referente a férias do funcionalismo público civil do Estado. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 164/75, que dispõe sobre abertura de um crédito especial no valor de Cr\$. . . 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) ao Orçamento Geral do Estado, destinado a atender despesas com o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar - FEPPA. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 110/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 154/75, que aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Secretaria do Interior com o Município de Japira, objetivando melhorias nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede do município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 111/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 157/75, que aprova convênio celebrado pelo Poder Executivo através da Secretaria do Interior com o Município de Corbélia, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Amâncio Moro. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 112/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 175/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo, através da Secretaria de Administração e o Município de Engenheiro Beltrão, objetivando execução de reparos em prédio onde funcionam estabelecimentos de ensino na sede daquele Município. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 114/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 222/75, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Quitanduba, objetivando reparos nos prédios que especifica, na sede do referido Município. — Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 115/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 232/75 que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria de Administração e o Município de Jardim Alegre, objetivando execução de reparos em próprio estadual conforme

especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 132/75, de autoria do Poder Executivo, mensagem nº 64/75, encaminhando anteprojeto de Lei de Orçamento para o exercício financeiro de 1976. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/75, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública a Aliança Cultural Brasil-Japão do Paaná, com sede na cidade de Londrina. Parecer favorável da C.C.J., **EM REGIME DE URGÊNCIA.** — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 116/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 234/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria de Administração e o Município de Diamante do Norte, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado artigo por artigo.**

2ª

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 117/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 238/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Paranavaí, objetivando execução de reparos em próprios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução, nº 118/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 243/75, que aprova o Convênio celebrado entre Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Joaquim Távora, objetivando execução de reparos em próprio estadual conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 119/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 248/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Mallet, objetivando execução de reparos em prédio estadual conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J., **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 120/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 254/75, que aprova convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração com o Município de São Jorge do Oeste, objetivando execução de reparos em prédios estaduais que especifica. Parecer favorável da C.C.J. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 120/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de São Jorge do Oeste, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam a Casa Escolar Nossa Senhora de Fátima, a Casa Escolar Nossa Senhora do Carmo, o Grupo Escolar Santa Luzia do Iguaçu, a Casa Escolar Sagrado Coração de Jesus, da sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
NILSO SGUAREZI — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 254/75**

Através da Mensagem 79/75, o Sr. Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais, o Termo de Convênio celebrado em 25 de agosto de 1975, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração com o Município de São Jorge do Oeste, visando execução de reparos em prédios que especifica.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo atende aos interesses do Estado e do Município.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação, na forma do Projeto anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 121/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 255/75, que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Jundiá do Sul objetivando execução de reparos em prédios estaduais conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 121/75
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná**

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria de Administração e o Município de Jundiá do Sul, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual Professor Luiz Petrini e a Escola de Aplicação Claudino dos Santos, da sede daquele Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER À PROPOSIÇÃO Nº 255/75**

Através da Mensagem 79/75 o Sr. Governador do Estado, encaminha a esta Casa, para os fins constitucionais o Termo de Convênio celebrado em 02 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Jundiá do Sul, visando a execução de reparos nos prédios que especifica, no referido município.

Segundo preceito constitucional, é de competência do Sr. Governador do Estado a celebração de convênios, ad referendo deste Poder Legislativo.

Analisando-se os termos do Convênio, temos que o mesmo

atende aos interesses do Estado e do Município.

Isto exposto, nos manifestamos favorável à Proposição em tela, opinando-se pela sua aprovação nos termos do projeto em anexo.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
DÁCIO LEONEL — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 122/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição nº 258/75 que aprova Convênio celebrado entre o Poder Executivo através da Secretaria da Administração e o Município de Lobato, objetivando a execução de reparos em prédios estaduais, conforme especifica. Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 122/75**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo de Convênio celebrado em 11 de setembro de 1975, entre o Estado do Paraná através da Secretaria da Administração e o Município de Lobato, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Rui Barbosa, Ginásio Estadual Osvaldo Aranha e a Unidade Sanitária da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em o contrário.

Sala das Comissões, em 29 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente
NILSO SGUAREZI — Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 145/75, de autoria do Deputado Ernesto Gnoato, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficiente Muçulmana do Paraná, com sede nesta Capital. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 145/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE BENEFICIENTE MUÇULMANA DO PARANÁ de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1975.

a) ERNESTO GNOATO

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende com o presente Plano de Lei seja declarada de Utilidade Pública, preenche todos os requisitos legais exigidos para esse reconhecimento. Presta desinteressadamente serviços relevantes à coletividade, conforme estatuto anexo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 145/75**

De autoria do nobre Deputado Ernesto Gnoato, objetiva o presente Projeto de Lei declarar de Utilidade Pública a Sociedade Beneficiente Muçulmana do Paraná, com sede nesta Capital.

Efetivamente, a entidade que se pretende declarar de Utilidade Pública presta inestimáveis serviços à comunidade paranaense, e satisfaz plenamente as exigências da Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

Nestas condições, nosso parecer é pela aprovação do Plano de Lei em tela.

Sala das Comissões, em 05 de outubro de 1975.

aa) WALDENÍCIO BARBALHO — Presidente

FABIANO BRAGA CORTES — Relator

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando votos de sentidas condolências ao Comando da 5ª Brigada de Infantaria Blindada, sediada nesta Capital, pelo lamentável acidente em que perderam vida, alunos do NPOR, do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando voto de pesar pela morte em serviço dos alunos do 5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizada. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Alfredo Malucelli. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente, solicitando seja consignado em ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de regozijo pela passagem do "Dia Nacional da Homeopatia". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja encaminhado aos Srs. Secretário de Segurança, Diretor do Instituto de Identificação, expediente no sentido de ser estudada a possibilidade da criação e instalação de um Posto de Identificação na sede do Município de Mal. Cândido Rondon. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do expediente, solicitando sejam encaminhados ofícios aos Srs. Ministro dos Transportes, Diretor do DNPVN, Governador do Estado e ao Secretário dos Transportes, apelando no sentido de processamento de estudos objetivando a implantação de um porto fluvial às margens do Rio Paraná, município de Porto Rico. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Dr. Emilio Hoffmann Gomes, DD. Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná SA, no sentido de serem levantados estudos para instalação de uma agência do referido estabelecimento creditício, na cidade de Porto Amazonas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, lido da tribuna, solicitando voto de regozijo e congratulações aos Padres Palotinos pela inauguração da nova igreja do "Cristo Rei" Santuário São Judas Tadeu. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 116/75, 117/75, 118/75 e 119/75.

2ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 120/75, 121/75, 122/75 e de Lei nº 145/75.

1ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução nºs 123/75, 124/75, 125/75 e 126/75.

Marcando ainda uma sessão extraordinária para amanhã, às 14:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 25/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIAS:

PORTARIA Nº 623/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11661, de 17 de novembro de 1975, deste Poder

RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 233/75, a NILVA MARIA MORO, matrícula nº 497, ocupante do cargo de Oficial de Administração, nível PL 22, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 624/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 11140, de 12 de novembro de 1975, deste Poder

RESOLVE

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 173/75, a ARACY ZECH, matrícula nº 192, ocupante do cargo de nível PL 14, da Série de Classes de Auxiliar de Plenário e Conservação, do Grupo Ocupacional de Conservação, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 19 de novembro de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 618/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

PORTARIA Nº 618/75

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 173/75, aos funcionários ALEXANDRE RADICHEWSKI, ocupante do cargo de auxiliar de Plenário e Conservação, nível PL14 e RUBYS DE SOUZA, ocupante do cargo de Oficial de Serviços Gerais, nível PL 22, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria da Assembléia,

Gabinete da Diretoria Geral, em 18 de novembro de 1975

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral.